

*Congresso*

# *Sem trabalho, sem razão!*

**26 ABR 1990**

Durante oito sessões consecutivas, nos últimos dias, o Congresso Nacional não deliberou por falta de quórum, ou seja: não houve número suficiente de deputados e senadores em plenário para votar coisa alguma, desde as polêmicas medidas provisórias do plano "Brasil Novo". Durante essas sessões, parte considerável do tempo usado pelos oradores foi empregada em duras críticas à imprensa e aos meios de comunicação em geral, que estariam empenhados numa campanha de desmoralização da classe política brasileira. Muitos minutos também foram utilizados na elaboração de idéias para a reversão dessa imagem negativa, segundo depoimento geral dos congressistas, distorcida e injusta.

O simples emprego do microfone da tribuna parlamentar para denunciar a pretensa conspiração contra o Poder Legislativo e, em última instância, contra a democracia no Brasil é uma evidência de que a imagem não é tão injusta nem distorcida assim, por mais negativa que seja. Mesmo que os legisladores não utilizassem prerrogativas em benefício pessoal, reajus-

tando seus próprios subsídios com generosidade próxima da irresponsabilidade, ou não usufruissem de privilégios vedados à grande massa trabalhadora brasileira, o simples fato de não haver nada de mais substantivo na pauta de suas reuniões plenárias já denota uma situação anómala. Ou seja, debater exaustivamente as eventuais distorções causadas pelo noticiário produzido pelas mordomias dos representantes do povo prova, no mínimo, a inexistência de um trabalho mais sério e produtivo para justificar os altos subsídios que lhes têm sido pagos.

Se deputados e senadores tivessem realmente uma carga de trabalho proporcional à gravidade da crise atravessada pelo País, certamente não teriam tempo para ficar pensando nessa inexistente conspiração contra os interesses de sua instituição. Aliás, se estivessem sinceramente preocupados com a repercussão maligna de noticiário negativo sobre suas atividades profissionais, pelo menos compareceriam às sessões ordinárias, que têm estado às moscas nos últimos dias, sem nenhum motivo de força maior.

**ESTADO DE SÃO PAULO**

Na verdade, o Congresso decretou, sem justificativa alguma, uma espécie de recesso branco, antes mesmo de complementar a votação de todas as medidas provisórias baixadas pelo governo federal em seu plano de estabilização econômica. Se o líder do PMDB, Ibsen Pinheiro, fez importante pronunciamento, na semana passada, para público rarefeito no plenário da Câmara, a resposta do líder do governo, Renan Calheiros, praticamente foi dada para ninguém. Se os próprios parlamentares não se dispõem a ouvir a voz de seus líderes autorizados, como podem exigir da Nação que ouça suas queixas e reivindicações?

A propósito, uma das queixas mais freqüentes do Poder Legislativo, expressas nessa reuniões sem quórum, é contra o estilo voluntarioso do presidente da República, que resolveu reeditar medidas provisórias não discutidas no Congresso. Por mais que se condene a ousadia do presidente, talvez seja injusto omitir que, se o fez é porque o Congresso não votou.

Nada justifica essa inapténcia. A campanha política

nos Estados ainda não esquentou, a Copa do Mundo ainda não começou e o gosto do presidente pela decisão solitária não é suficiente para reduzir a capacidade de interferência do Congresso em tais decisões. O regime democrático só funciona se garantir ao Poder Legislativo uma série de prerrogativas, entre as quais a principal é o condomínio do poder decisório com o Executivo. Esse axioma, porém, tem uma contrapartida inevitável: a da responsabilidade pelo trabalho árduo que precede as decisões e pelos efeitos delas decorrentes que interfezem na vida de cada cidadão e da sociedade como um todo.

Os congressistas teriam todo o direito de lamentar o estilo voluntarioso do presidente, classificando-o de autoritário, ou de se queixar do tratamento pretensamente discriminatório dos políticos pelos meios de comunicação, desde que trabalhassem, comparecessem em peso às sessões e votassem projetos e medidas de interesse coletivo. O atual absenteísmo retira qualquer razão de suas críticas ou lamentações. Quem não cumpre suas obrigações perde o direito de se queixar.